

GT48: Infraestruturas na antropologia: perspectivas teóricas, etnográficas e políticas

Alex Giuliano Vailati, Maria Raquel Passos Lima

Desde que a noção de infraestrutura adentrou a discussão antropológica, passando a ser progressivamente submetida à perspectiva etnográfica, muitos debates se abriram num processo continuamente renovado. Geralmente pensadas como interligadas ao mundo urbano, as infraestruturas mediam fluxos e escalas translocais e transnacionais colocando pessoas, objetos e práticas em espaços de contato sob os quais sistemas políticos, econômicos e sociais operam. Há uma multiplicidade de agentes que produzem infraestruturas e mostram o caráter cotidiano de suas relações com o Estado, agentes corporativos privados, comunidades e outros grupos. Além disso, infraestruturas podem ser consideradas artefatos com formas específicas, que a análise antropológica pode explorar não só como representações do mundo, mas também como uma costura material na qual a dimensão estética está intimamente ligada à política. A discussão antropológica sobre infraestruturas traz o debate para a chave teórico-metodológica, ressaltando como sua definição depende de escolhas, de um foco e de recortes, configurando um processo reflexivo que pressupõe uma análise cultural, perspectivas econômicas, compromissos epistemológicos e políticos. O objetivo deste GT é mapear este campo em expansão, destacando e refletindo sobre etnografias e contribuições teóricas que, a partir de epistemologias e posicionamentos que remetem ao sul global, dialoguem com a mais ampla literatura antropológica produzida sobre infraestruturas.

Gestão de resíduos sólidos no Recife: relações entre antropoceno, políticas públicas e práticas inovadoras

Autoria: Caroline Soares de Almeida

Tendo em vista o desafio global de se estabelecer diretrizes que possibilitem o desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas criou, em setembro de 2015, uma agenda socioambiental que instituiu metas - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) - para que cada país pudesse desfrutar "de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos". Todos os países-membros da ONU foram signatários, incluído o Brasil. Os resíduos sólidos, ou que comumente chamamos de "lixo", consistem em um problema ambiental que implica na poluição dos solos e das águas, no risco de proliferação de doenças, também no agravamento das mudanças climáticas devido às emissões de CO2 provenientes da deposição indevida nos aterros sanitários. Seguindo diretrizes nacionais alinhadas aos ODS e estabelecidas, por exemplo, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife têm criado políticas públicas e convênios com o setor privado a fim de mitigar esses efeitos tão característicos do que tem sido chamado de antropoceno. Tais políticas incluem a construção de centros de reciclagem de materiais sólidos, seja através do retorno à produção industrial ou mesmo no incentivo à construção de usinas de biogás. Existem também ações comunitárias que atuam na gestão local de resíduos, autônomas e em parceria com outros órgãos, que procuram minimizar essa problemática, além de gerar renda local. Esta proposta apresenta um panorama de narrativas e concepções engendradas por diferentes atores sociais - catadores, agentes comunitários, moradores e poder público - sobre gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade na cidade do Recife. Cabe ressaltar que a cidade é considerada área altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas com base nos relatórios produzidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change, além de estar na 378ª posição no ranking do desenvolvimento sustentável, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis entre 770 municípios brasileiros.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

